

O mundo da segurança

*Still und eng und ruhig auferzogen,
Wirft man uns auf einmal in die Welt;
Uns umspülen hunderttausend Wogen,
Alles reizt uns, mancherlei gefällt,
Mancherlei verdriesst uns, und von Stund zu Stunden
Schwankt das leicht unruhige Gefühl;
Wir empfinden, und was wir empfunden,
Spült hinweg das bunte Weltgewühl.**

GOETHE

AO TENTAR ENCONTRAR uma definição prática para o tempo antes da Primeira Guerra Mundial, no qual me criei, espero acertar dizendo: foi a época áurea da segurança. Tudo na nossa monarquia austríaca quase milenar parecia estar fundamentado na perenidade, e o próprio Estado parecia ser o avalista supremo dessa estabilidade. Os direitos que concedia aos seus cidadãos eram assegurados por escrito pelo Parlamento, a representação livremente eleita pelo povo, e cada dever era delimitado com precisão. Nossa moeda, a coroa austríaca, circulava na forma de brilhantes peças de ouro, avalizando, assim, a sua imutabilidade. Cada um

* Em tradução livre: “Criados na calma, próximos e tranquilos,/ De repente somos lançados ao mundo;/ Banhados por cem mil ondas/ Tudo nos excita, muitas coisas nos agradam,/ Muitas coisas nos desgostam, e de hora em hora/ Oscila o sentimento levemente inquieto;/ Nós sentimos – e aquilo que sentimos/ É tragado pelo colorido tumulto do mundo.” Do poema “An Lottchen”. Todas as notas de rodapé foram criadas para esta edição.

sabia quanto possuía ou a quanto tinha direito, o que era permitido ou proibido. Tudo tinha sua norma, tinha medida e peso bem determinados. Quem possuísse uma fortuna podia calcular exatamente quanto receberia por ano na forma de juros; o funcionário e o oficial, por sua vez, podiam confiar que encontrariam no calendário o ano em que seriam promovidos e aposentados. Cada família tinha o seu orçamento fixo, sabia de quanto precisaria para morar e para comer, para viajar no verão e para sua vida social. Além disso, invariavelmente uma pequena quantia era reservada para imprevistos, para doenças e para o médico. Quem possuía uma casa considerava-a um porto seguro para filhos e netos. A casa e o negócio passavam de uma geração para a próxima; enquanto o lactente ainda estava no berço, já se depositava uma primeira contribuição para sua vida num cofrinho ou no banco – uma pequena “reserva” para o futuro. Nesse vasto reino, tudo era firme e imutável, e no posto mais elevado estava o velho imperador; mas, caso ele morresse, sabia-se (ou acreditava-se) que outro viria e que nada mudaria na ordem bem-calculada. Ninguém acreditava em guerras, revoluções ou quedas. Tudo o que era radical e violento já parecia impossível numa era da razão.

Esse sentimento de segurança era o bem mais almejado por milhões de indivíduos, era o ideal comum de vida. Só com essa segurança parecia valer a pena viver, e círculos cada vez maiores requisitavam a sua parte nesse valioso patrimônio. Inicialmente, só os afortunados se regozijavam com essa vantagem, mas aos poucos as grandes massas começaram a pressionar; o século da segurança se tornou a época de ouro para o ramo dos seguros. A casa era assegurada contra incêndio e arrombamento, a lavoura contra geadas e intempéries, o corpo contra acidentes e doenças, compravam-se pensões vitalícias pensando na velhice e já no berço as meninas ganhavam uma apólice para o futuro dote. Finalmente, até os trabalhadores se organizaram, conquistaram um salário normatizado e seguro-saúde, empregados domésticos passaram a contribuir com uma pensão privada e pagavam antecipadamente um seguro para seu próprio enterro. Só quem podia encarar o futuro sem preocupações gozava o presente com bons sentimentos.

Apesar de toda a solidez e modéstia da concepção de vida, nessa co-movente confiança de poder cercá-la contra qualquer invasão do destino residia uma grande e perigosa arrogância. Em seu idealismo liberal, o século XIX estava sinceramente convencido de que trilhava o caminho mais reto e infalível rumo ao “melhor dos mundos”. Olhava-se com desdém para as épocas pregressas, com suas guerras, fomes e revoltas, como um tempo em que a humanidade ainda estava na menoridade e era insuficientemente esclarecida. Agora, porém, seria apenas uma questão de poucas décadas até superar os últimos resquícios do mal e da violência, e essa fé no “progresso” ininterrupto e irrefreável tinha, para aquela época, a força de uma verdadeira religião; já se acreditava mais nesse “progresso” do que na Bíblia, e seu evangelho parecia estar sendo evidenciado de maneira incontestada pelos milagres diariamente renovados da ciência e da técnica. De fato, no final desse século pacífico, uma ascensão generalizada tornava-se cada vez mais visível, rápida e diversificada. Nas ruas, à noite brilhavam lâmpadas elétricas no lugar da luz baça dos lampiões. As lojas das avenidas principais levavam o seu brilho sedutor até as periferias. Graças ao telefone, o homem já podia conversar com outro homem à distância, já avançava a novas velocidades no carro sem cavalos, já podia alçar voos aos ares, realizando o sonho de Ícaro. O conforto se estendia das casas elegantes para os lares burgueses, já não era mais preciso ir buscar água no poço ou na torneira do corredor ou acender trabalhosamente o fogo, a higiene se disseminava, a sujeira desaparecia. As pessoas se tornavam mais bonitas, mais fortes, mais saudáveis porque o esporte forjava os seus corpos, nas ruas viam-se cada vez menos aleijados, pessoas com bócio ou mutiladas, e todos esses milagres haviam sido operados pela ciência, arcanjo do progresso. Também havia avanços no campo social; a cada ano, novos direitos passavam a ser concedidos aos indivíduos, a Justiça era manejada de maneira mais amena e mais humana, e até o maior de todos os problemas, a pobreza das grandes massas, não parecia mais insuperável. Grupos cada vez mais amplos ganhavam o direito de votar e, com isso, a possibilidade de defender legalmente seus interesses; sociólogos e professores concorriam para tornar a vida do proletariado

mais sadia e até mais feliz – não admira, portanto, que aquele século se comprazesse com suas próprias realizações e que cada década terminada fosse percebida como degrau para uma década melhor. Acreditava-se tão pouco em retrocessos bárbaros, como guerras entre os povos da Europa, quanto em bruxas ou fantasmas. Nossos pais estavam obstinadamente imbuídos da confiança na infalível força aglutinadora da tolerância e da conciliação. Imaginavam genuinamente que as fronteiras divergentes entre nações e credos religiosos se dissolveriam gradualmente em prol do humanitarismo, beneficiando, com isso, a humanidade inteira com paz e segurança, os mais elevados de todos os bens.

Para nós hoje, que há muito já riscamos a palavra “segurança” do nosso vocabulário, é fácil sorrir da ilusão otimista daquela geração ofuscada pelo idealismo de que o progresso técnico da humanidade forçosamente traria consigo uma ascensão também rápida em termos morais. Nós, que no novo século aprendemos a não nos surpreender mais com nenhuma eclosão de bestialidade coletiva, nós, que de cada dia esperamos ainda mais perversidade que do anterior, somos bem mais céticos em relação a uma educabilidade moral do gênero humano. Tivemos que dar razão a Freud, que viu na nossa cultura, na nossa civilização, apenas uma fina camada que a cada momento pode ser perfurada pelas forças destrutivas do submundo. Aos poucos, fomos obrigados a nos acostumar a viver sem chão sob nossos pés, sem direitos, sem liberdade, sem segurança. Há muito já renunciamos à religião dos nossos pais, à sua crença numa ascensão rápida e constante da humanidade. A nós, que ganhamos experiência com a crueldade, aquele otimismo açodado parece banal ante uma catástrofe que nos fez retroceder mil anos de um só golpe em nossos esforços humanos. No entanto, ainda que tenha sido apenas uma ilusão à qual serviam os nossos pais, foi uma ilusão maravilhosa e nobre, mais humana e fértil do que as atuais palavras de ordem. E, misteriosamente, algo dentro de mim não consegue se libertar daquilo, apesar de todo o conhecimento e de toda a decepção. Aquilo que uma pessoa, durante sua infância, absorveu da atmosfera da sua época não pode ser simplesmente descartado. E, apesar de tudo o que cada dia me faz ressoar nos ouvidos, apesar de tudo o que eu e incontáveis

companheiros de destino experimentamos em termos de humilhação e provas, não posso renegar totalmente a fé da minha juventude de que algum dia as coisas haverão de melhorar, apesar de tudo e de todos. Mesmo a partir do precipício do terror pelo qual tateamos hoje semicegos, com a alma conturbada e destruída, sempre volto a erguer os olhos para aquelas velhas constelações que brilhavam sobre a minha infância e me consolo com a fé herdada de que este retrocesso um dia parecerá ser apenas um intervalo no eterno ritmo do sempre em frente.

Hoje, depois que ele foi destruído há muito pela grande intempérie, sabemos que aquele mundo de segurança não passava de um castelo de sonhos. Mas os meus pais ainda o habitavam como se fosse uma sólida casa de pedras. Nem uma única vez uma tempestade ou uma rajada de vento assaltou a sua existência cálida e confortável. É verdade que eles ainda contavam com uma proteção especial: eram pessoas abastadas, que haviam enriquecido pouco a pouco, chegando a uma grande fortuna, e isso, naqueles tempos, garantia-lhes um conforto especial. Seu estilo de vida me parece tão típico para a chamada “boa burguesia judaica” – a qual forneceu valores tão essenciais para a cultura vienense e em agradecimento foi totalmente exterminada –, que eu, na verdade, conto algo impessoal ao relatar sua existência confortável e quieta. Como os meus pais, viviam em Viena cerca de dez ou vinte mil famílias naquele século dos valores garantidos.

A FAMÍLIA DO MEU PAI era da Morávia. Ali, nas pequenas localidades rurais, as comunidades judaicas viviam na melhor harmonia com os camponeses e a pequena-burguesia; portanto, não tinham nem a melancolia nem, por outro lado, a impaciência sôfrega dos judeus da Galícia, os judeus orientais. Fortes e vigorosos graças à vida no campo, trilhavam o seu caminho seguros e tranquilos, como os camponeses de sua pátria o faziam em suas lavouras. Tendo-se emancipado cedo da ortodoxia religiosa, eram seguidores fervorosos da religião da época, o “progresso”, e, na era política do liberalismo, forneciam ao Parlamento os deputados mais respeitados. Quando se mudavam de sua região para Viena, adaptavam-se com surpre-

endente rapidez à esfera cultural mais elevada, e sua ascensão pessoal estava organicamente ligada ao florescimento geral da época. A nossa família também foi bastante típica no tocante a essa forma de transição. Meu avô paterno comercializava mercadorias manufaturadas. Na segunda metade do século teve início a industrialização na Áustria. A racionalização que adveio com os teares mecânicos e as máquinas de fiação importados da Inglaterra gerou um enorme barateamento em comparação com os antigos produtos tecidos à mão, e com a sua perspicácia comercial e sua visão internacional foram os negociantes judeus os primeiros a identificar na Áustria a necessidade e a vantagem da transição para uma produção industrial. Fundaram – quase sempre com pouco capital – aquelas fábricas rapidamente improvisadas, no início movidas apenas pela força hidráulica, que aos poucos se ampliaram para formar a poderosa indústria têxtil boêmia, dominante em toda a Áustria e os Bálcãs. Enquanto meu avô, portanto, típico representante da época antiga, servira apenas à intermediação de produtos manufaturados, meu pai já aos 33 anos passou resolutamente para a nova era, ao fundar na Boêmia do Norte uma pequena tecelagem, que ele ao longo dos anos expandiu lenta e prudentemente até que se tornasse um importante empreendimento.

Essa cautelosa ampliação, apesar da conjuntura sedutoramente vantajosa, combinava bem com o espírito da época. Além disso, correspondia sobretudo à natureza reservada e nada ambiciosa do meu pai. Ele absorvera o credo de sua época, “*safety first*”, a segurança em primeiro lugar; para ele, era mais essencial possuir um empreendimento “sólido” – outra expressão predileta da época – com capital próprio do que expandi-lo demais com ajuda de créditos bancários ou hipotecas. Que nunca, em toda a sua vida, alguém tivesse visto o seu nome em um título de dívida ou em uma promissória, que ele sempre tivesse constado na coluna “*haber*” do seu banco – naturalmente, o mais sólido de todos, o banco dos Rothschild, o Kreditanstalt –, foi o único orgulho da sua vida. Tinha aversão a qualquer lucro que carregasse a menor sombra de risco, e durante todos aqueles anos jamais participou de um negócio alheio. Se, mesmo assim, tornou-se gradualmente rico, e cada vez mais, não o deveu a nenhuma especulação ousada ou a

qualquer operação premeditada, mas sim ao fato de se adaptar ao método geral daquele tempo cauteloso, consumindo só uma parte modesta de sua receita e, portanto, adicionando a cada ano que passava uma quantia cada vez maior ao capital. Como quase toda a sua geração, meu pai já consideraria um perigoso esbanjador o indivíduo que consumisse despreocupadamente metade de sua renda sem “pensar no futuro” – outra expressão recorrente naquela época da segurança. Com essa constante economia dos lucros, naquela época de crescente prosperidade – em que, além disso, o Estado nem sequer pensava em subtrair mais do que alguns porcentos em impostos, mesmo das maiores rendas, e em que, por outro lado, os títulos do governo e da indústria rendiam juros elevados – o enriquecimento, para o abastado, na verdade era apenas uma realização passiva. E valia a pena: o poupador ainda não era roubado, como nos tempos de inflação, o empresário sólido não era enganado, e eram os mais pacientes, aqueles que não especulavam, que obtinham os melhores lucros. Graças a essa adaptação ao sistema geral, já aos cinquenta anos o meu pai era tido como homem muito rico, mesmo segundo parâmetros internacionais. Mas o estilo de vida da nossa família só acompanhou muito lentamente o aumento cada vez mais rápido da sua fortuna. Pouco a pouco, fomos adquirindo pequenos confortos, mudamo-nos de um apartamento pequeno para um maior, na primavera alugávamos um carro para passeios à tarde, viajávamos na segunda classe com leito, mas só aos cinquenta anos o meu pai se permitiu pela primeira vez o luxo de passar um mês inteiro do inverno em Nice com a minha mãe. De maneira geral, manteve-se totalmente inalterada a atitude de aproveitar a fortuna possuindo-a, e não ostentando-a. Mesmo já milionário, meu pai nunca fumou um charuto importado, mas sim – como o imperador Francisco José e seus Virginia baratos – o Trabuco simples, e, quando jogava cartas, costumava apostar pouco. Inflexível, agarrava-se à sua discrição, à sua vida cômoda, porém discreta. Embora fizesse muito melhor figura e fosse muito mais culto do que a maior parte dos seus colegas – tocava muito bem o piano, escrevia bem e de maneira clara, falava francês e inglês –, ele recusou todo tipo de honraria e cargos honoríficos, em toda a sua vida jamais almejou ou aceitou qualquer título ou cargo, como tantas vezes lhe foi oferecido em sua

posição de grande industrial. Jamais ter pedido nada a alguém, jamais ter dependido de favores ou ter devido agradecimentos: esse orgulho secreto, para ele, significava mais do que qualquer exterioridade.

Acontece que, na vida de qualquer pessoa, invariavelmente chega o momento em que ela reencontra o pai na imagem do próprio ser. Aquela tendência característica à privacidade, ao anonimato da vida, começa a crescer em mim com mais força a cada ano que passa, por mais que se contraponha, na verdade, à minha profissão, que por assim dizer torna obrigatoriamente públicos o nome e a pessoa. Mas, pelo mesmo orgulho secreto, sempre recusei qualquer forma de honraria externa, nunca aceitei condecorações, títulos, presidências de qualquer associação, jamais pertenci a qualquer academia, diretoria ou júri; só estar sentado a uma mesa festiva já é, para mim, uma tortura, e a mera ideia de pedir um favor a alguém – mesmo que seja para terceiros – deixa-me com os lábios secos antes mesmo de proferir a primeira palavra. Sei o quanto tais inibições são impróprias em um mundo em que só se pode permanecer livre mediante a astúcia e a fuga e em que, como disse sabiamente o pai Goethe, “na hora do tumulto, condecorações e títulos amortecem muitos golpes”. Mas é o meu pai dentro de mim com seu orgulho secreto que me retém, e não posso me opor a ele, pois devo-lhe o que considero ser talvez minha única posse segura: o sentimento de liberdade interior.

MINHA MÃE, cujo sobrenome era Brettauer, tinha outra origem, internacional. Nasceu em Ancona, no sul da Itália, e o italiano era a língua da sua infância, tanto quanto o alemão; falava italiano toda vez que conversava com minha avó ou sua irmã alguma coisa que os empregados não deveriam entender. Jovem, eu já conhecia pratos como risoto e alcachofras, ainda raras na época, e outras especialidades da cozinha meridional, e toda vez que visitava a Itália sentia-me em casa desde o primeiro momento. No entanto, a família da minha mãe não era de forma alguma italiana, mas se considerava internacional; os Brettauer, que originalmente possuíam um estabelecimento bancário, cedo saíram de Hohenems, lugarejo na fronteira

suíça, e se espalharam pelo mundo – seguindo o modelo das grandes famílias de banqueiros judeus, mas em dimensões bem mais diminutas, claro. Uns foram para Sankt Gallen, outros para Viena e Paris, meu avô foi para a Itália, um tio para Nova York, e nesse contato internacional adquiriram mais traquejo social, uma visão de mundo mais ampla e, além disso, uma certa presunção familiar. Naquela família já não havia mais pequenos comerciantes e corretores, apenas banqueiros, diretores, professores, advogados e médicos. Cada um falava várias línguas, e eu me lembro da naturalidade com que se transitava de uma língua para outra à mesa da minha tia em Paris. Era uma família que prezava cuidadosamente o seu nome, e quando uma jovem parente mais pobre chegava à idade de se casar, toda a família contribuía para um magnífico dote, apenas para evitar que ela se casasse com alguém que não estivesse à altura. Como grande industrial, meu pai era respeitado, mas minha mãe, embora unida a ele pelo mais feliz casamento, jamais teria tolerado que seus parentes se equiparassem aos dela. Esse orgulho de ser de uma “boa família” era inextinguível em cada Brettauer, e quando, anos mais tarde, algum deles queria me testemunhar sua especial benevolência, dizia, condescendente: “Você é um verdadeiro Brettauer”, como se quisesse dizer: “puxou ao lado certo”.

Esse tipo de ar de nobreza, que algumas famílias judias adotavam com uma certa onipotência, já na infância divertia e irritava a mim e a meu irmão. Sempre escutávamos dizer que este ou aquele era “fino” ou não, de cada amigo se procurava saber se era de “boa família”, investigando-se a origem dos parentes até o último membro, e também da fortuna. Essa permanente classificação, que formava, por assim dizer, o tema principal de qualquer conversação social ou em família, já então nos parecia altamente ridícula e esnobe, pois, afinal das contas, em todas as famílias judias tratava-se de diferenças de apenas cinquenta ou cem anos desde que saíram do mesmo gueto. Só muito mais tarde compreendi que esse conceito de “boa família”, que a nós meninos parecia uma farsa parodística de uma pseudoaristocracia artificial, expressava uma das tendências mais interiorizadas e misteriosas da natureza judaica. De maneira geral, supõe-se que enriquecer seja o verdadeiro e típico objetivo de vida de um

judeu. Nada mais falso. Enriquecer, para ele, significa apenas um degrau intermediário, um meio para o verdadeiro fim, e nunca o objetivo interior. A verdadeira aspiração do judeu, o seu ideal imanente, é a ascensão intelectual para uma camada cultural mais elevada. Já no judaísmo oriental ortodoxo, em que tanto as fraquezas quanto os méritos de toda a raça se desenham com mais intensidade, essa supremacia da aspiração intelectual em contraposição à aspiração meramente material encontra expressão plástica: dentro da comunidade, o crente, o erudito da Bíblia, vale mil vezes mais do que o rico; mesmo o mais abastado preferirá dar sua filha como esposa a um intelectual miserável do que a um comerciante. Entre os judeus, essa supremacia do intelecto perpassa de maneira uniforme todas as camadas sociais; mesmo o vendedor ambulante mais pobre, que carrega seus pacotes debaixo de vento e de chuva, não poupará sacrifícios para tentar fazer com que ao menos um filho consiga estudar, e a família inteira considera uma honraria ter entre os seus alguém que se notabilize no campo intelectual, um professor, um sábio, um músico, como se *ele*, com suas realizações, enobrecesse a todos. Há algo dentro do judeu que busca inconscientemente escapar a tudo o que é duvidoso sob o aspecto moral, ao que há de desagradável, mesquinho e imoral em todo comércio e em tudo que é apenas negócio, com o intuito de se elevar para a esfera mais pura do intelecto, sem ligação pecuniária, como se – falando em termos wagnerianos – quisesse libertar a si e toda a sua raça da maldição do dinheiro. É por isso que, no judaísmo, a volúpia por enriquecer quase sempre se esgota em duas ou três gerações de uma família, e são precisamente as dinastias mais poderosas que encontram seus filhos sem vontade de assumir os bancos, as fábricas, os negócios organizados e em atividade de seus pais. Não foi por acaso que um lorde Rothschild se tornou ornitólogo, um Warburg, historiador da arte, um Cassirer, filósofo, um Sassoon, poeta; todos obedecendo ao mesmo impulso inconsciente de se libertar daquilo que tornou o judaísmo estreito, a pura atividade fria de ganhar dinheiro, e talvez se expresse ali a secreta nostalgia de, através da fuga para o campo intelectual, sair da esfera judaica para se dissolver no que é propriamente humano. Uma “boa família”, portanto, significa

mais do que a pura dimensão social que ela, com esse conceito, atribui a si própria. Significa um judaísmo que, através da assimilação a outra cultura, de preferência uma cultura universal, se libertou ou começa a se libertar de todos os defeitos e de todas as estreitezas e mesquinhasarias a que se viu obrigado pelo gueto. Esse refugiar-se no intelecto ter-se tornado fatídico para o judaísmo – com um inchaço desproporcional das profissões intelectuais –, tal como, anteriormente, a limitação ao campo material, sem dúvida é um dos eternos paradoxos da sina dos judeus.

Em nenhuma outra cidade da Europa o anseio pela cultura foi tão apaixonado quanto em Viena. Precisamente porque, por vários séculos, a monarquia e a Áustria não tinham sido ambiciosas no campo político e nem especialmente bem-sucedidas em suas ações militares, o orgulho nacional se voltou com mais vigor para o desejo de dominar nas artes. Há muito, províncias muito importantes e valiosas, italianas e alemãs, flamengas e valonas, haviam se separado do antigo Império dos Habsburgo que já dominara toda a Europa; a capital permanecera em seu antigo brilho, sede da corte, mantenedora de uma tradição milenar. Os romanos tinham assentado as primeiras pedras daquela cidade, como um *castrum*, um posto avançado para proteger a civilização latina contra os bárbaros, e mais de mil anos depois o ataque dos otomanos contra o Ocidente se espatifara naquelas muralhas. Os nibelungos ali estiveram, a imortal plêiade da música ali brilhou sobre o mundo – Gluck, Haydn e Mozart, Beethoven, Schubert, Brahms e Johann Strauss, para ali confluíram todas as correntes da cultura europeia; na corte, na nobreza, no povo, o alemão estava unido pelo sangue ao eslavo, ao húngaro, ao espanhol, ao italiano, ao francês, ao flamengo, e o verdadeiro gênio dessa cidade da música consistiu em dissolver todos esses contrastes harmonicamente em algo novo e insólito: no austríaco, no vienense. Acolhedora e com especial vocação para a receptividade, a cidade atraiu as forças mais díspares, atenuando as tensões; era aprazível viver ali, naquela atmosfera de conciliação espiritual, e inconscientemente todo cidadão daquela cidade era educado para ser supranacional, cosmopolita, cidadão do mundo.

Essa arte da equiparação, das transições delicadas e musicais, já se manifestava no aspecto exterior da cidade. Tendo crescido com vagar

através dos séculos, desenvolvendo-se organicamente a partir do centro, a cidade, com seus dois milhões de habitantes, era populosa o bastante para proporcionar todo o luxo e toda a diversidade de uma metrópole, sem ser superdimensionada a ponto de se separar da natureza, como Londres ou Nova York. As últimas casas da cidade se refletiam na possante correnteza do Danúbio ou olhavam ao longe por sobre a extensa planície, ou então se dissolviam em jardins e campos, ou subiam pelas suaves colinas verdejantes que eram os últimos prolongamentos dos Alpes; era difícil dizer onde começava a natureza ou a cidade, uma se dissolvia na outra sem resistência, sem protesto. Dentro da cidade, por outro lado, sentia-se que ela crescera como uma árvore, formando um anel seguido de outro; e em vez de ser cercado pelos antigos baluartes, o cerne mais antigo era circundado pela Ringstrasse, com suas casas elegantes. Dentro, os velhos palácios da corte e da nobreza contavam a história inscrita em suas pedras; aqui, Beethoven tocara na casa dos Lichnowsky; ali, Haydn fora hóspede dos Esterházy; ali, na velha universidade, *A criação* de Haydn soara pela primeira vez; o palácio Hofburg vira passar gerações de imperadores, o castelo Schönbrunn recebera Napoleão, na catedral de São Estêvão os príncipes aliados pela cristandade ajoelharam-se para dar graça pela salvação da invasão turca, a universidade vira incontáveis luminárias da ciência entre seus muros. Em meio a isso, orgulhosa e luxuosa, com faiscentes avenidas e esplendorosas lojas, erguia-se a nova arquitetura. Nela, o antigo brigava tão pouco com o novo como a pedra trabalhada com a natureza intocada. Era maravilhoso viver nessa cidade que, hospitaleira, recebia tudo o que era estrangeiro e se entregava com prazer; em sua atmosfera ligeira e alegre como a de Paris era mais natural desfrutar a vida. Sabe-se que Viena era uma cidade que gostava de deleitar-se, mas o que é a cultura, senão a forma de obter da matéria grossa da vida com amor e arte o que há de mais fino, mais delicado, mais sutil? Apreciadoras da culinária, preocupadas com um bom vinho, uma cerveja forte e fresca, fartos pratos doces e tortas, as pessoas nessa cidade também eram exigentes em relação a prazeres mais sutis. Fazer música, dançar, fazer teatro, conversar, portar-se com bom gosto e educação, tudo isso

era cultivado ali como uma arte especial. Assuntos militares, políticos, comerciais não eram o principal nem na vida de cada um nem na da coletividade. A primeira olhada de um vienense mediano no jornal matutino não buscava os debates no Parlamento ou os acontecimentos da semana, mas o repertório do teatro, que assumia uma relevância na vida pública difícil de ser entendida para pessoas de outras cidades. Pois para o vienense, para o austríaco, o teatro imperial, o Burgtheater, era mais do que um mero palco em que atores encenavam peças de teatro: era o microcosmo que espelhava o macrocosmo, o reflexo colorido em que a sociedade se mirava, único *cortigiano* genuíno do bom gosto. No ator do Burgtheater, o espectador observava como deveria se trajar, como entrar em um recinto, como conversar, que palavras um homem de bom gosto podia empregar e que outras devia evitar. Mais do que mero lugar de entretenimento em que atores representavam seus papéis, o palco era um fio condutor falado e plástico da boa educação, da pronúncia correta, e a aura do respeito envolvia tudo o que se relacionasse, ainda que de longe, com o Hoftheater. O primeiro-ministro, o magnata mais rico podiam caminhar pelas ruas de Viena sem que alguém se virasse para eles; mas um ator do Hoftheater, uma cantora de ópera eram reconhecidos por qualquer vendedora e qualquer cocheiro; orgulhosos, nós, ainda rapazes, contávamos uns aos outros que havíamos visto na rua um deles, cujas fotografias e autógrafos colecionávamos. Esse culto quase religioso à personalidade chegava a ponto de se transferir para os circunstantes. O cabeleireiro de Adolf von Sonnenthal, o cocheiro de Josef Kainz eram pessoas respeitadas, secretamente invejadas: jovens dândis tinham orgulho de ter o mesmo alfaiate dos famosos atores. Cada efeméride, cada enterro de um grande ator se tornava um acontecimento muito mais importante do que qualquer evento político. Ter suas peças levadas ao palco do Burgtheater era o sonho de todo escritor vienense, pois isso conferia uma espécie de nobreza vitalícia e gerava uma série de homenagens, como ingressos gratuitos para o resto da vida, convites para todas as festas oficiais; significava que o autor se tornara hóspede de uma casa imperial, e eu ainda me lembro da maneira solene com que se deu a minha primeira inclusão

nesse mundo. De manhã, o diretor do Burgtheater me convocara para uma reunião em seu gabinete para me comunicar – depois de me felicitar – que meu drama fora aceito pela casa; à noite, quando cheguei em casa, encontrei seu cartão de visita. Ele fora me render uma visita formal de cortesia – a mim, que tinha 26 anos; pelo simples fato de uma obra minha ter sido aceita, eu, autor do palco imperial, tornara-me um *gentleman* que um diretor do instituto imperial precisava tratar de igual para igual. O que se passava no teatro dizia respeito indiretamente a qualquer um, mesmo a quem não tivesse nenhuma ligação direta com aquilo. Lembro, por exemplo, um episódio da minha juventude, quando certa vez nossa cozinheira irrompeu na sala com os olhos marejados, pois acabara de saber que falecera Charlotte Wolter, a atriz mais famosa do Burgtheater. O grotesco desse luto obviamente consistia em aquela velha cozinheira semianalfabeta nunca ter estado uma vez sequer no elegante Burgtheater e nunca ter visto Wolter no palco ou fora dele. Mas em Viena uma grande atriz de renome nacional era a tal ponto parte do patrimônio coletivo da cidade inteira que mesmo a pessoa mais distante sentia a sua morte como se fosse uma grande catástrofe. Qualquer perda, a partida de um cantor ou de um artista popular, transformava-se irremediavelmente em luto nacional. Quando o antigo Burgtheater – onde as *Bodas de Figaro* de Mozart foram encenadas pela primeira vez – foi demolido, a sociedade vienense inteira se reuniu em seus salões, solene e compungida, como para um enterro. Mal caiu o pano, todos acorreram ao palco para levar para casa, como relíquia, pelo menos um fragmento das tábuas sobre as quais seus queridos artistas haviam atuado, e em dezenas de casas burguesas décadas depois ainda se viam esses insignificantes fragmentos cuidadosamente guardados em valiosas caixinhas, como os fragmentos da cruz sagrada nas igrejas. Nós mesmos não agimos com mais sensatez quando o chamado Salão Bösendorfer foi demolido.

Na verdade, essa pequena sala de concertos, reservada exclusivamente à música de câmara, era um prédio bastante anódino e insignificante. Era a antiga escola de equitação do príncipe Liechtenstein, adaptada sem qualquer fausto para fins musicais com um revestimento em madeira. Mas